

Relatório Anual de Informações



2024



Índice



Mensagem da Diretoria	03
Fatos Relevantes em 2024	04
Demonstrações Contábeis	06
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023	12
Parecer Atuarial do Plano Plenus Encerramento do Exercício de 31/12/2024	34
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	41
Parecer do Conselho Fiscal	44
Resolução do Conselho Deliberativo	45

Mensagem da Diretoria Executiva



Prezado(a) leitor(a),

No ano de 2024, persistiram as dificuldades decorrentes da crise no setor imobiliário especialmente no tocante dos imóveis corporativos. O Plano Plenus tem em seu ativo dois desses imóveis: o Edifício Novo Mundo e o Edifício Stela Angelorum. Ambos estão desocupados, exceto dois andares do segundo, que estão alugados à PREVHAB.

Essa situação representa um obstáculo a que o Plenus possa alcançar a rentabilidade necessária ao seu equilíbrio, uma vez que não conta com qualquer receita oriunda do aluguel ao da venda desses imóveis.

Esses imóveis estão em excelentes condições e contam com administração permanente. O que ocorre é uma crise no setor, que já conta com

quase 10 anos. O Edifício Stela Angelorum estava totalmente ocupado em 2014, por empresas da área de óleo e gás. O aluguel de cada andar estava em torno de 30 mil reais. Hoje, não conseguimos alugar esse andar por 10 mil.

O Plenus apresentou, ao final de 2024, déficit de 13 milhões de Reais, demonstrando significativa redução do déficit em relação aos 63 milhões registrados em janeiro, e de 89 milhões de Reais registrados em junho. Esta redução foi consequência do resultado de ações judiciais, ganhas pela PREVHAB, de recebimento de uma antiga desapropriação de imóvel e da reavaliação anual dos imóveis.

Boa leitura.

Mario Santiago
Diretor-Presidente

Fatos Relevantes em 2024



* Prestação de Contas do exercício de 2023 é aprovada pelo Conselho Fiscal da PREVHAB.

01 - JANEIRO

* PREVHAB incentiva participantes a ensinarem a importância da previdência complementar para as suas famílias.

02 - FEVEREIRO

* PREVHAB alerta participantes para a importância da prevenção, diagnóstico e tratamento da hepatite, como parte da campanha “Maio Vermelho”.

* Na Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), PREVHAB incentiva participantes a acompanharem o videocast “Longevidade Financeira: Construção do seu bem-estar no presente e no futuro” no canal da Abrapp no YouTube.

05 - MAIO

* No “Abril Azul”, PREVHAB alerta participantes para a importância da conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

* Relatório Anual de Informações referente ao exercício de 2023 é publicado pela PREVHAB.

04 - ABRIL

* “Março Roxo”: PREVHAB alerta participantes para a importância da prevenção ao câncer de colo de útero.

* PREVHAB ajuda na divulgação do projeto “NO MEU DINHEIRO MANDO EU”, uma iniciativa de educação financeira da Abrapp.

* Resultado dos investimentos do Plano de Benefícios Plenus é positivo e fica acima da média das Entidades Fechadas de Previdência Complementar no fim do primeiro trimestre de 2024.

03 - MARÇO

- * PREVHAB promove campanha de Recadastramento, com alerta os participantes de que a atualização cadastral será também fundamental para o processo eleitoral a ser realizado nos meses seguintes.

- * Em função do “Junho Vermelho”, PREVHAB incentiva participantes para a importância da doação de sangue.

06 - JUNHO

- * Edital de Convocação para a Eleição PREVHAB 2024 é publicado, dando início ao processo eleitoral.

- * PREVHAB alerta participantes para a importância da prevenção ao câncer de cabeça e pescoço, como parte da campanha “Julho Verde”.

07 - JULHO

- * Rentabilidade anual do Plano de Benefícios Plenus supera meta atuarial, apesar de resultado abaixo do esperado.

- * Processo eleitoral continua, com a conclusão do prazo para inscrição das chapas candidatas.

08 - AGOSTO

- * Conselho Deliberativo aprova as Políticas de Investimentos do Plano de Benefícios Plenus e do Plano de Gestão Administrativa – PGA para o exercício de 2025.

- * Em função do “Dezembro Laranja”, PREVHAB alerta participantes para a importância da prevenção ao câncer de pele.

- * Plano Plenus fecha 2024 com uma das maiores rentabilidades líquidas do mercado, alcançando 17,92% — resultado 10,19 pontos percentuais acima da rentabilidade média das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EAPC) no ano, que foi de 7,73%, segundo estudo da Consultoria Aditus.

12 - DEZEMBRO

- * Chapa PREVHAB VIVA é declarada eleita na Eleição PREVHAB 2024 e membros são reconduzidos aos seus cargos.

- * “Novembro Azul”: PREVHAB alerta participantes para a importância da prevenção ao câncer de próstata.

11 - NOVEMBRO

- * Votações digital, presencial e por correspondência para a Eleição PREVHAB 2024 acontecem com normalidade e apuração dos votos é realizada.

- * Em função do “Outubro Rosa”, PREVHAB alerta participantes para a importância da prevenção ao câncer de mama.

10 - OUTUBRO

- * PREVHAB alerta participantes para a importância da prevenção ao suicídio, como parte da campanha “Setembro Amarelo”.

09 - SETEMBRO

Demonstrações Contábeis



Balanço Patrimonial Consolidado

PREVHAB Previdência Complementar
CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

R\$ mil

ATIVO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
DISPONÍVEL	4	266	318	EXIGÍVEL OPERACIONAL		2.236	7.976
REALIZÁVEL		640.374	605.238	Gestão Previdencial	9	1.167	7.405
Gestão Previdencial	5	1.748	1.589	Gestão Administrativa	10	1.039	542
Gestão Administrativa	6	1.169	1.083	Investimentos	11	30	29
Investimentos	7	637.457	602.566	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		5.527	5.793
Títulos Públicos		21.670	20.736	Gestão Previdencial	12	5.509	5.627
Ativo Financeiro de Crédito Privado		23.704	27.052	Gestão Administrativa	13	18	166
Fundos de Investimentos		355.404	271.632	PATRIMÔNIO SOCIAL	14	633.583	592.458
Investimentos em Imóveis		151.766	128.901	Patrimônio de Cobertura do Plano		614.220	572.972
Operações com Participantes		10.723	10.959	Provisões Matemáticas		627.318	633.490
Recursos a Receber - Precatórios		74.190	143.286	Benefícios Concedidos		619.814	626.236
				Benefícios a Conceder		7.504	7.254
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	8	706	671	Equilíbrio Técnico		-13.098	-60.518
Imobilizado		444	445	Resultados Realizados		-13.098	-60.518
Intangível		262	226	[-] Déficit Técnico Acumulado		-13.098	-60.518
				Fundos		19.363	19.486
				Fundos Administrativos		19.363	19.486
TOTAL DO ATIVO		641.346	606.227	TOTAL DO PASSIVO		641.346	606.227

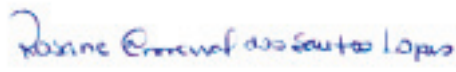
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2024


MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78


GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34


MARCIO MILLER SANTOS
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 043.970.297-68


ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4
CPF 702.229.677-49

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

PREVHAB Previdência Complementar
CNPJ n  42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

R\$ mil

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIACÃO %
A) Patrimônio Social - início do exercício	592.458	630.767	-6,07
1. Adições	116.708	40.721	186,60
Contribuições Previdenciais	2.921	132	2.112,88
Outras Adições Previdenciais	5.471	10	54.610,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	97.251	28.234	244,45
Receitas Administrativas	8.970	10.183	-11,91
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.948	2.162	-9,90
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	147	0	100,00
2. Deduções	-75.583	-79.030	-4,36
Benefícios	-62.011	-61.103	1,49
Resgates	-372	-463	-19,65
Outras Deduções	-26	-16	62,50
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-1.985	-6.597	-69,91
Despesas Administrativas	-11.189	-10.783	3,77
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	0	-68	-100,00
3. Acréscimo / Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)	41.125	-38.309	-207,35
Provisões Matemáticas	-6.171	-3.481	77,28
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	47.420	-36.322	-230,55
Fundos Administrativos	-124	1.494	-108,30
B) Patrimônio Social no final do exercício (A + 3)	633.583	592.458	6,94

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2024


MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78


GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34


MARCIO MILLER SANTOS
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 043.970.297-68


ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4
CPF 702.229.677-49

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

PREVHAB Previdência Complementar
CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

R\$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
1 - ATIVOS	640.289	605.519	5,74
DISPONÍVEL	228	276	17,39
RECEBÍVEIS PREVIDENCIAL	21.111	21.075	0,17
INVESTIMENTO	618.950	584.168	5,95
TÍTULOS PÚBLICOS	21.492	20.470	4,99
ATIVO FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADOS	23.704	27.052	-12,38
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	337.075	253.500	32,97
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	151.766	128.901	17,74
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	10.723	10.959	-2,15
RECURSOS A RECEBER - PRECATÓRIOS	74.190	143.286	-48,22
2 - OBRIGAÇÕES	6.706	13.061	-48,66
OPERACIONAL	1.197	7.434	-83,90
CONTINGENCIAL	5.509	5.627	-2,10
3 - FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	19.362	19.486	-0,64
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	19.362	19.486	-0,64
4 - ATIVO LÍQUIDO (1 - 2 - 3)	614.221	572.972	7,20
PROVISÕES MATEMÁTICAS	627.319	633.490	-0,97
DÉFICIT TÉCNICO	-13.098	-60.518	-78,36
5 - APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
a) Equilíbrio Técnico	-13.098	-60.518	-78,36
b) (+/-) Ajuste de Precificação	0	0	0,00
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	-13.098	-60.518	-78,36

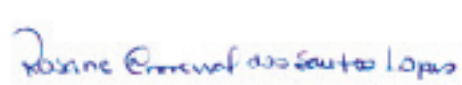
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2024


MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78


GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34


MARCIO MILLER SANTOS
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 043.970.297-68


ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4
CPF 702.229.677-49

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

PREVHAB Previdência Complementar
CNPJ n   42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

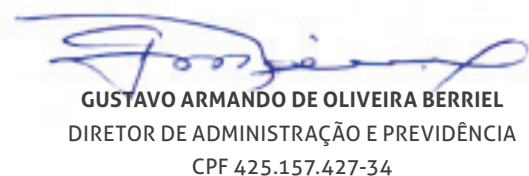
			R\$ mil
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIÇÃO %
A) Ativo Líquido - início do exercício	572.972	612.775	-6,50
1. Adições	107.885	30.564	252,98
Contribuições	5.162	2.320	122,50
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	97.251	28.234	244,45
Outras Adições Previdenciais	5.472	10	54.620,00
2. Deduções	-66.636	-70.367	-5,30
Benefícios	-62.011	-61.103	1,49
Resgates	-372	-463	-19,65
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-1.985	-6.597	-69,91
Custeio Administrativo	-2.242	-2.188	2,47
Outras Deduções	-26	-16	62,50
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	41.249	-39.803	-203,63
Provisões Matemáticas	-6.171	-3.481	77,28
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	47.420	-36.322	-230,55
B) Ativo Líquido - final do exercício (A + 3)	614.221	572.972	7,20
C) Fundos não Previdenciais	-124	1.494	-108,30
Fundos Administrativos	-124	1.494	-108,30

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2024


MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE

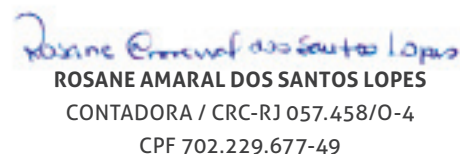
CPF 034.712.507-78


GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

CPF 425.157.427-34


MARCIO MILLER SANTOS
DIRETOR FINANCEIRO

CPF 043.970.297-68


ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4

CPF 702.229.677-49

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

PREVHAB Previdência Complementar
CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

R\$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4)	620.925	586.033	5,95
1. Provisões Matemáticas	627.318	633.490	-0,97
1.1. Benefícios Concedidos	619.814	626.236	-1,03
Benefício Definido	619.814	626.236	-1,03
1.2. Benefícios a Conceder	7.504	7.254	3,45
Benefício Definido	7.504	7.254	3,45
2. Equilíbrio Técnico	-13.098	-60.518	-78,36
2.1. Resultados Realizados	-13.098	-60.518	-78,36
(-) Déficit Técnico Acumulado	-13.098	-60.518	-78,36
3. Exigível Operacional	1.196	7.434	-83,91
3.1. Gestão Previdencial	1.166	7.405	-84,25
3.2. Investimentos - Gestão Previdencial	30	29	3,45
4. Exigível Contingencial	5.509	5.627	-2,10
4.1. Gestão Previdencial	5.509	5.627	-2,10

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2024


MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78


GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34


MARCIO MILLER SANTOS
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 043.970.297-68


ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4
CPF 702.229.677-49

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada

PREVHAB Previdência Complementar
CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

			R\$ mil
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	19.486	17.992	8,30
1. Custeio da Gestão Administrativa	10.919	12.345	-11,55
1.1. Receitas	10.919	12.345	-11,55
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.242	2.188	2,47
Custeio Administrativo dos Investimentos	6.717	7.979	-15,82
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	12	15	-20,00
Outras Receitas	0	1	-100,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.948	2.162	-9,90
2. Despesas Administrativas	11.190	10.783	3,77
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	11.013	10.649	3,42
Pessoal e Encargos	7.898	7.538	4,78
Treinamentos/Congressos e Seminários	25	27	-7,41
Serviços de Terceiros	1.679	1.681	-0,12
Despesas Gerais	784	734	6,81
Depreciações e Amortizações	59	35	68,57
Tributos	568	634	-10,41
2.2. Outras Despesas	177	134	32,09
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-147	68	-316,18
4. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	-124	1.494	-108,30
5. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (4)	-124	1.494	-108,30
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5)	19.362	19.486	-0,64

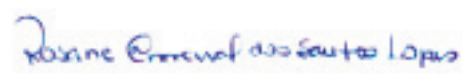
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2024


MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78


GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34


MARCIO MILLER SANTOS
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 043.970.297-68


ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4
CPF 702.229.677-49

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023



1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. A Prevhav Previdência Complementar é uma associação sem fins lucrativos que tem por finalidade administrar Planos de Benefícios de natureza previdencial, de acordo com o estabelecido nos respectivos Regulamentos e Convênios de Adesão, e está autorizada a atuar como entidade multipatrocinada.

1.2. O Estatuto da PREVHAB está enquadrado nas disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), em 14 de dezembro de 2005, através da Portaria nº 295, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2005.

1.3. A PREVHAB administra os seguintes Planos:

1.3.1. Plano de Benefícios Plenus registrado no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 1971.0002-56 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 48.306.543/0001-68, estruturado na modalidade de benefício definido; e

1.3.2. Plano de Gestão Administrativa – PGA que contém as normas que regem a gestão administrativa dos planos de benefícios.

2. APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. A PREVHAB apresenta as Demonstrações Contá-

beis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, em conformidade, com as regras, critérios e procedimentos contábeis adotados para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) instituídos pela ITG – Interpretação Técnica Geral 2001, aprovada pela Resolução nº 1.272 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de 22/01/2010, e em atendimento às disposições dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente pelas Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nºs. 43 e 48, de 06/08/2021 e de 08/12/2021, Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020, e alterações posteriores.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.185, de 28/08/2009.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões

distintas (Previdencial e Administrativa) e os Fluxos dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

As entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

⇒ Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;

⇒ Demonstração da Muta     do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior;

⇒ Demonstr     do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;

⇒ Demonstr     da Muta     do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;

⇒ Demonstr     das Provis    s Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;

⇒ Demonstr     do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior.

2.2. As principais práticas adotadas são resumidas a seguir:

a) A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdencial e o plano de gestão administrativa.

b) Na apura     do resultado as Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas dos Fluxos de

Investimentos são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

c) As contribuições para a Gestão Previdencial do Plano de Benefícios na modalidade Benefício Definido são registradas pelo regime de competência.

d) Os títulos públicos, créditos privados e depósitos, são registrados ao custo de aquisi    , acrescidos dos rendimentos auferidos pro rata dia até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado. Os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

(i) Títulos para negocia    : aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realiza    .

(ii) Títulos mantidos até o vencimento: aqueles com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisi     e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

e) Os Fundos de Investimento são contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço.

f) Os Investimentos em Imóveis estão registrados ao custo de aquisi    , inclusos honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre as operações. Os imóveis são reavaliados, no mínimo, anualmente. Os ajustes provenientes, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida de Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas.

g) Os empréstimos concedidos aos participantes são apresentados pelos valores liberados, deduzidos das amortizações, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização de créditos.

h) A entidade constituiu provisão para perdas sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos, determinada em função do tempo de atraso no recebimento do valor principal, de parcela ou de encargos, conforme os seguintes parâmetros: I – provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias; II – provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias; III – provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias; IV – provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias; V – provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias; VI – provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e VII – provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

i) No imobilizado e intangível os bens corpóreos são registrados ao valor de custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada.

j) No Exigível Operacional o registro das obrigações, ao valor presente, com terceiros provenientes de compromissos com os assistidos, participantes, impostos e contribuições a recolher e operações financeiras.

k) As férias, inclusive o adicional de férias e o 13º salário, são provisionados no Plano de Gestão Administrativa – PGA, segundo o regime de competência.

l) Nos Ativos e Passivos Contingentes registram o montante das provisões decorrentes de ações judiciais passivas mantidas contra a PREVHAB. É atualizado com base nas informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito estimada pelos advogados patrocinadores dos processos. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no

Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, conforme descrito a seguir:

⇒ **Ativos contingentes** (quando aplicável): trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

⇒ **Passivos contingentes**: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades movidas por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por consultores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisões e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

m) As Provisões Matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais, realizados por consultoria atuarial responsável pelo plano, mediante elaboração de parecer atuarial. Essas Provisões representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder, ajustados a valor presente, em conformidade com a Resolução Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nº 30, de 10/10/2018.

n) Nas estimativas atuariais e contábeis a elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas incluem: as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissionais responsáveis pelo plano; as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações; o valor justo de determinados instrumentos financeiros e do ativo imobiliário obtido por meio de reavaliação com o objetivo de assegurar que os valores registrados reflitam adequadamente o preço de mercado.

o) Nas operações administrativas o Plano de Gestão Administrativa – PGA possui patrimônio próprio independente do Plano de Benefícios Previdencial. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos, receitas diretas e outras receitas) e deduzidos das despesas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo. A parcela equivalente à participação do Plano de Benefício Previdenciário no Fundo Administrativo (PGA) foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, no respectivo Plano de Benefícios.

p) Os ajustes e eliminações ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do Plano de Benefícios Previdencial no Fundo Administrativo registrado no PGA.

q) As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migração entre Planos”, “Compensação de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

r) Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem

ser registrados em documentos auxiliares.

3. ATIVIDADES DE REGISTRO E DE CONTROLE

3.1. Gestão Previdencial: compreende a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

3.2. Gestão Administrativa: compreende a atividade de registro e de controle inerentes à despesa da Entidade com a administração do plano de benefícios.

3.3. Investimentos: compreende a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos do plano de benefícios e do PGA.

4. ATIVO DISPONÍVEL

A posição consolidada do Ativo Disponível em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, referente aos saldos das contas correntes é a seguinte:

R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano Plenus:	228	276
a) CEF nº 790.391-0	31	30
b) BRADESCO S/A nº 2.862-2	19	21
c) BRADESCO S/A nº 37.979-4	131	79
d) BANCO ITAÚ S/A nº 20.371-6	21	16
e) BANCO ITAÚ S/A nº 64.033-3	10	7
f) BANCO ITAÚ S/A nº 52.710-0	16	123
. Plano PGA:	38	42
a) BRADESCO S/A nº 2.862-2	36	38
b) BRADESCO S/A nº 37.979-4		1
c) CEF nº 563-0		1
d) CEF nº 790.310-0	1	1
e) BANCO ITAÚ S/A nº 65.316-1	1	1
Total do Ativo Disponível	266	318

5. ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

A posição consolidada do Ativo Realizável – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é a seguinte:

R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Plano Plenus:		
a) Recursos a Receber:	503	404
Contribuições em Atraso de Participantes:	265	260
Ativos	1.036	935
(-) Provisão para Perdas	(771)	(675)
Outros Recursos a Receber	238	144
b) Adiantamentos de Créditos a Assistidos	48	35
c) Depósitos Judiciais/Recursais	1.061	1.032
d) Outros Realizáveis:	136	118
Contribuições Pretéritas	15	15
(-) Provisão para Perdas	(15)	(15)
Pecúlio Especial	136	117
Reembolsos da Folha de Assistidos do INSS		1
Ações Ajuizadas contra CEF/FUNCEF	5.998	5.647
Ações a serem Ajuizadas contra CEF/FUNCEF	2.985	2.984
(-) Provisão para Perdas	(8.983)	(8.631)
Ação contra a CEF	100	100
(-) Provisão para Perdas	(100)	(100)
Total do Ativo Realizável – Gestão Previdencial	1.748	1.589

5.1. Plano Plenus

a) Os “Recursos a Receber” de R\$ 503 mil apresentam a seguinte composição:

⇒ R\$ 265 mil de “Contribuições em Atraso de participantes Ativos” deduzidas das provisões para perdas.

⇒ R\$ 238 mil de “Outros Recursos a Receber” referem-se à regularização de saldos bancários

(R\$ 106 mil) e valor a receber do PGA (R\$ 132 mil).

b) Os “Adiantamentos de Créditos a Assistidos” de R\$ 48 mil referem-se a benefícios (R\$ 2 mil) e 13º salário (R\$ 46 mil).

c) Os “Depósitos Judiciais/Recursais” de R\$ 1.061 mil referem-se aos depósitos relativos às contingências da Gestão Previdencial.

d) Os “Outros Realizáveis” de valores a receber de R\$ 136 mil apresentam a seguinte composição:

⇒ R\$ 15 mil de “Contribuições Pretéritas” a receber de participantes, cujos valores encontram-se totalmente provisionados como possíveis perdas;

⇒ R\$ 136 mil de “Pecúlio Especial” a receber dos participantes;

⇒ R\$ 5.998 mil de ações judiciais pagas pela PREVHAB a partir de janeiro de 1999, cujos valores encontram-se totalmente provisionados como possíveis perdas, estão sendo cobrados à Caixa Econômica Federal e a FUNCEF através das Ações Ordinárias nº 2006.34.00.000384-1, em curso na 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, cuja apelação interposta pela PREVHAB permanece aguardando julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região; e nº 2009.34.00.026743-9, em curso no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, continua aguardando julgamento da apelação interposta pela PREVHAB;

⇒ R\$ 2.985 mil de ações judiciais pagas pela PREVHAB a partir de fevereiro de 2006, assim como de outros valores de responsabilidade da Caixa Econômica Federal e FUNCEF, para as quais a PREVHAB não tenha ainda movido ação de ressarcimento, cujo valor

encontra-se totalmente provisionado como possível perda;

⇒ R\$ 100 mil do valor da ação judicial de cobrança contra a Caixa Econômica Federal (processo nº 2007.51.01.002154-5 da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro), referente ao reembolso dos valores de responsabilidade do INSS pagos pela PREVHAB no período de março de 1987 a fevereiro de 1988 aos seus associados. O valor está provisionado na sua totalidade como provável perda. Em 07/12/2022, deu-se provimento ao recurso de apelação interposto pela PREVHAB, reformando a sentença de improcedência, para condenar a CEF ao reembolso dos valores pagos pela PREVHAB aos seus associados, no período compreendido entre março de 1987 e fevereiro de 1988, a título de benefício previdenciário pelo RGPS, na forma do acordo firmado entre as partes, corrigidos e acrescidos dos juros legais, nos termos do Manual de Cálculos da Justiça Federal, cujo montante deverá ser apurado em sede de procedimento de liquidação. O processo permanece aguardando julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça do Recurso Especial interposto pela Caixa Econômica Federal, em face do acórdão que julgou procedente o pedido da PREVHAB em 2ª instância pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

6. ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A posição consolidada do Ativo – Realizável – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é a seguinte:

R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano PGA:		
a) Contas a Receber:	953	903
Responsabilidade de Empregados		5
Responsabilidade de Terceiros	3	3
Outros Recursos a Receber	950	895
b) Despesas Antecipadas:	137	136
Férias	36	49
Despesas Miúdas	1	1
Empréstimos de Férias	100	86
c) Depósitos Judiciais/Recurais	76	41
d) Outros Realizáveis/ IRRF a Recuperar	3	3
Total do Ativo Realizável – Gestão Administrativa	1.169	1.083

6.1. Plano PGA

a) As “Contas a Receber” de R\$ 953 mil apresentam a seguinte composição:

⇒ R\$ 3 mil de “Responsabilidade de Terceiros” referem-se aos adiantamentos a advogados.

⇒ R\$ 950 mil de “Outros Recursos a Receber” referem-se a valor a ser repassado pelo Plano de Benefícios Plenus.

b) As “Despesas Antecipadas” de R\$ 137 mil referem-se a adiantamentos a empregados a receber, sendo R\$ 36 mil de férias, R\$ 1 mil de despesas miúdas e R\$ 100 mil de empréstimos de férias.

c) Os “Depósitos Judiciais/Recurais” de R\$ 76 mil referem-se aos depósitos relativos às contingências da Gestão Administrativa.

d) Os “Outros Realizáveis” de R\$ 3 mil referem-se a IRRF a recuperar.

7. ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Em atendimento às determinações da Resolução CMN nº 4.994, de 24/03/2022, e ao estabelecido na Política de Investimento, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, foram adotadas as seguintes providências:

a) Política de Investimento

A gestão dos ativos dos Planos de Benefícios Plenus e do Plano de Gestão Administrativa – PGA no ano de 2024 seguiu as diretrizes das respectivas Políticas de Investimento aprovadas pelo Conselho Deliberativo em sua 253ª Reunião Ordinária, realizada em 14/12/2023.

b) Agente Custodiante e de Controladoria

Em 09 de outubro de 2001, para execução dos serviços de Agente Custodiante e de Controladoria, foram firmados com o Banco Itaú S.A. o Contrato de Centralização de Dados, o Contrato de Custódia para Carteira com Precificação e os Contratos de Custódia e Controladoria para os Fundos Exclusivos.

Através da custódia e controladoria, o Banco garante a fidelidade do patrimônio lançado no balanço, apura a rentabilidade dos segmentos de renda fixa e renda variável e não liquida operações, da carteira própria, que estejam em desacordo com as normas regulamentares estabelecidas pelos órgãos competentes e com a Política de Investimento fixada pela administração da PREVHAB.

c) Controle de Riscos

No âmbito da Política de Investimento, são observados diversos tipos de riscos, principalmente os riscos de mercado e de crédito. O risco de mercado refere-se a possíveis perdas oriundas de oscilações dos preços dos ativos em que são investidos os recursos garantidores dos Planos administrados pela PREVHAB. O risco de crédito corresponde a perdas oriundas do fato de o emissor de um título não honrar o compromisso assumido.

A PREVHAB monitora o risco de crédito por meio de relatório específico com todos ativos e seus respectivos emissores e ratings, atribuídos por agência(s) classificadora(s) de risco, observados os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.994/2022, enquanto o risco de mercado é acompanhado diariamente através de modelo próprio e adicionalmente por relatórios mensais de mensuração de riscos elaborados pela firma de consultoria financeira Aditus Consultoria e Sistemas Ltda.

d) Gestão de Investimentos

d.1) O Plano de Benefícios Plenus, em 31/12/2024,

dispunha de 6 (seis) Fundos de Investimento, sendo 5 (cinco) no segmento de Renda Fixa e 1 (um) no segmento Imobiliário, a seguir discriminados:

⇒ Segmento de Renda Fixa: Fundo de Investimento Previdenciário Caixa Prevhab Multimercado (Gestor: Caixa Econômica Federal); Prevhab Plenus Fundo de Investimento Renda Fixa (Gestor: Sul América Investimentos DTVM); HSBC Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Performance Institucional (Gestor: HSBC Gestão de Recursos Ltda.); BNP Paribas Match DI FI Referenciado (Gestor: BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.); e Itaú Institucional Referenciado DI FI (Gestor: Itaú Asset Management Ltda.).

⇒ Segmento Imobiliário: Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping (Gestor: Rio Bravo Investimentos Ltda.).

No ano de 2024 a rentabilidade líquida dos investimentos do Plano de Benefícios Plenus foi de 17,92% superior 8,26 pontos percentuais à meta atuarial de 9,66% (INPC+4,60% aa.), decorrente dos resultados dos investimentos do segmento Renda Fixa de 20,95%, Imobiliário de 10,85% e Operações com Participantes de 8,44%.

d.2) Os recursos do Plano de Gestão Administrativa – PGA estão aplicados no Fundo Renda Fixa no Santander FIC Fundo de Investimento Institucional RF Referenciado DI (Gestor Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.), HSBC Referenciado DI Longo Prazo (Gestor HSBC Gestão de Recursos Ltda.) e nos Certificados Variação Salarial – CVS do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS. A rentabilidade dos investimentos do Plano no ano de 2024 foi de 11,15% superior 0,27 ponto percentual ao CDI de 10,88%.

A posição consolidada do Ativo Realizável – Investimentos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é a seguinte:

R\$ mil		
Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano Plenus:	618.950	584.168
Títulos Públicos	21.492	20.470
Ativos Financeiros de Créditos Privados	23.704	27.052
Debêntures	328.919	283.973
(-) Perdas Estimadas	(305.215)	(256.921)
Fundos de Investimento	337.074	253.500
Investimentos em Imóveis	151.766	128.901
Operações com Participantes	10.723	10.959
Recursos a Receber - Precatórios	74.191	143.286
.Plano PGA:	18.507	18.398
Títulos Públicos	178	266
Fundos de Investimento	18.329	18.132
Total do Ativo Realizável - Investimentos	637.457	602.566

7.1. Plano Plenus

7.1.1. Os “Títulos Públicos”, no total de R\$ 21.492 mil, estão aplicados em Notas do Tesouro Nacional (NTN-B) lastreadas em IPCA. O referido ativo é marcado pela curva e levado até o vencimento, não sofrendo oscilações geradas pela volatilidade do mercado.

7.1.2. Os “Ativos Financeiros de Créditos Privados”, no total de R\$ 23.704 mil, estão aplicados em Debêntures não Conversíveis do Hopi Hari S.A. (R\$ 21.787 mil, valor líquido das provisões para perdas estimadas) e da Cia. Vale do Rio Doce (R\$ 1.917 mil);

7.1.2.1. Na Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) da 1ª Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis em Ações do Hopi Hari S/A, realizada no dia 20/12/2010, que representa 100% das debêntures em circulação da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, ficou deliberado alterar as cláusulas e condições da Escritura da 1ª Emissão, as quais foram consolidadas em Instrumento Particular de Escritura de 1ª Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis em Ações do Hopi Hari S/A, firmado entre a PREVHAB, Hopi Hari e Oliveira Trust (Agente Fiduciário), com o compromisso da Emissora

ra efetuar mensalmente os pagamentos programados à PREVHAB, iniciados a partir de 18/12/2010 até 18/06/2039, cujos valores serão acrescidos de atualização monetária anual (INPC) em cada série, acrescidos de juros remuneratórios mensais de 4% ao ano que serão calculados antes de abatida a respectiva parcela de pagamento programado;

7.1.2.2. Na Assembleia Geral Extraordinária da Hopi Hari S.A., realizada no dia 20/12/2010, foi aprovada pela totalidade dos acionistas do capital social da Hopi Hari S.A. as novas condições de renegociação, pela Diretoria da Companhia, das condições e características das Debêntures de 1ª Emissão, com ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria para tal fim, e delegação, ainda, de poderes para tomar todas as medidas e assinar todos os documentos necessários e convenientes para implementar a renegociação das Debêntures de 1ª Emissão;

7.1.2.3. Em 20/12/2010, foi assinada a Consolidação da Escritura de Primeira Emissão de Debêntures do Hopi Hari, mediante a qual foi estabelecido o pagamento do crédito da PREVHAB, em prestações mensais, com vencimentos de 18/12/2010 a 18/06/2039, com

correção pelo INPC e juros de 4% ao ano.

7.1.2.4. O Conselho Deliberativo em sua 166ª Reunião Ordinária, realizada em 22/09/2016, considerando o pedido de recuperação judicial feito pelo Hopi Hari e, ainda, o fato de no dia 18/08/2016 ter-se completado o 3º mês de inadimplência do pagamento das parcelas do Aditivo firmado em 27/01/2016, aprovou que seja considerado e caracterizado o disposto no item 19.2 Cláusula III da Consolidação da Escritura de Emissão de Debêntures, de modo a que toda dívida seja considerada como vencida e a taxa de juros seja elevada para 12% desde 2009, o que significa o crescimento da dívida em R\$ 28.292.163,68, passando o seu valor de R\$ 44.812.908,04 para R\$ 73.105.071,72, cuja diferença deverá ser provisionada em setembro/2016.

7.1.2.5. No dia 26/10/2016, o Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Vinhedo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio do processo digital nº 1002265-62.2016.8.26.0659 deferiu o processamento da recuperação judicial de HH Participações S.A., HH Parques Temáticos S.A. e Hopi Hari S.A.

7.1.2.6. A Diretoria-Executiva da PREVHAB em sua 339ª Reunião Ordinária, realizada em 16/01/2017, o Diretor-Presidente apresentou à Diretoria a planilha atualizada da dívida do Hopi Hari no período de 18/06/2009 a 18/12/2016, a juros de 12%, de conformidade com o item 19.2, Cláusula III da Consolidação da Escritura de Emissão de Debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, no total de R\$ 92.446.405,48, esclarecendo que o valor de R\$ 73.105.071,72 consignado na Ata de 331ª da Reunião Ordinária da Diretoria-Executiva, datada de 16/09/2016, corresponde ao valor da dívida atualizada a juros de 12%, a partir de 18/11/2010, em desacordo, portanto, com o disposto no item 19.2 da Consolidação daquela Escritura. A Diretoria, após debater a matéria, determinou que: 1) seja feito no balancete de dezembro/2016 o registro contábil da diferença de R\$ 16.639.111,40 entre a dívida de R\$ 92.446.405,48 e o saldo contábil de novembro/2016 de R\$ 75.807.294,08; 2) seja registrada, ainda no balancete de dezembro/2016, a diferença de

R\$ 16.639.111,40, no saldo da conta de Provisão para Devedores Duvidosos; 3) seja dado conhecimento ao Conselho Deliberativo da nova situação. Na 170ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada em 26/01/2017, o Diretor-Presidente apresentou ao Colegiado a planilha demonstrativa dos valores atualizados relativos à dívida do Hopi Hari.

7.1.2.7. A Diretoria Executiva da PREVHAB em sua 400ª Reunião Ordinária, realizada em 13/08/2019, o Diretor-Presidente informou à Diretoria que a Diretoria do Hopi Hari não apresentou, até o momento, o novo Plano de Recuperação Judicial, nem tampouco haver o Juiz do processo marcado nova Assembleia Geral dos Credores. A Diretoria Executiva da PREVHAB em sua 118ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/08/2021, aprovou a proposta do 3º termo aditivo do Plano de Recuperação Judicial do Hopi Hari que será apresentado na próxima Assembleia Geral dos Credores a ser realizada no dia 31/08/2021.

7.1.2.8. Na 231ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da PREVHAB, realizada em 17/02/2022, o Diretor de Administração e Previdência apresentou ao Colegiado o 5º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial do Hopi Hari homologado pelo Juiz da 1ª Vara da Comarca de Vinhedo em decisão proferida em 09 de fevereiro de 2022, publicada em 14 de fevereiro de 2022.

7.1.2.9. De março/2023 a dezembro/2024, o Hopi Hari pagou a PREVHAB o total de R\$ 6.592 mil, correspondendo a 22 parcelas das 192 parcelas previstas no item 74.1.2 do 5º Aditivo do Plano de Recuperação Judicial.

7.1.3. Em atendimento ao artigo 30 da Resolução CNPC nº 43/2021, os demonstrativos a seguir, referentes aos exercícios de 2024 e 2023, apresentam os títulos classificados por categorias: “Títulos para Negociação”, avaliados pelo valor de mercado, e os “Títulos Mantidos até o Vencimento”, avaliados pelo custo amortizado, por rata dia até o vencimento, alocado na Carteira Própria e em Fundos de Investimentos Exclusivos do Plano de Benefícios Plenus:

Demonstrativo Consolidado dos Títulos Públicos e Créditos Privados

Posição em 31.12.2024

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
1. Títulos Públicos - Valor de Mercado						
NTN	71.061	59.534	-	129.460	260.055	260.055
LFT	-	15.842	-	-	15.842	15.842
Moeda de Privatização	-	178	-	-	178	178
Total de Títulos Públicos	71.061	75.554	-	129.460	276.075	276.075
2. Títulos Privados - Valor de Mercado						
Debêntures	-	-	-	328.920	328.920	328.920
Total de Títulos Privados	-	-	-	328.920	328.920	328.920
Total - Títulos e Valores Mobiliários	71.061	75.554	-	458.380	604.995	604.995

Posição em 29.12.2023

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
1. Títulos Públicos - Valor de Mercado						
NTN	81.008	-	-	139.685	220.693	220.693
LFT	-	1.718	-	-	1.718	1.718
LTN	-	10.231	-	-	10.231	10.231
Moeda de Privatização	-	266	-	-	266	266
Total de Títulos Públicos	81.008	12.215	-	139.685	232.908	232.908
2. Títulos Privados - Valor de Mercado						
Debêntures	-	-	-	283.975	283.975	283.975
Total de Títulos Privados	-	-	-	283.975	283.975	283.975
Total - Títulos e Valores Mobiliários	81.008	12.215	-	423.660	516.883	516.883

Demonstrativo dos Títulos para Negociação

Posição em 31.12.2024

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
1. Títulos Públicos - Valor de Mercado						
NTN	71.061	59.534	-	-	130.595	130.595
LFT	-	15.842	-	-	15.842	15.842
Moeda de Privatização	-	178	-	-	178	178
Total de Títulos Públicos	71.061	75.554	-	-	146.615	146.615
2. Títulos Privados - Valor de Mercado						
Debêntures	-	-	-	328.920	328.920	328.920
Total de Títulos Privados	-	-	-	328.920	328.920	328.920
Total - Títulos e Valores Mobiliários	71.061	75.554	-	328.920	475.535	475.535

Posição em 29.12.2023

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
1. Títulos Públicos - Valor de Mercado						
NTN	81.008	-	-	16.095	97.103	97.103
LFT	-	1.718	-	-	1.718	1.718
LTN	-	10.231	-	-	10.231	10.231
Moeda de Privatização	-	266	-	-	266	266
Total de Títulos Públicos	81.008	12.215	-	16.095	109.318	109.318
2. Títulos Privados - Valor de Mercado						
Debêntures	-	-	-	283.975	283.975	283.975
Total de Títulos Privados	-	-	-	283.975	283.975	283.975
Total - Títulos e Valores Mobiliários	81.008	12.215	-	300.070	393.293	393.293

Demonstrativo dos Títulos Mantidos até o Vencimento

Posição em 31.12.2024

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
1. Títulos Públicos - Valor de Mercado						
NTN	-	-	-	129.460	129.460	129.460
Total de Títulos Públicos	-	-	-	129.460	129.460	129.460

Posição em 29.12.2023

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
1. Títulos Públicos - Valor de Mercado						
NTN	-	-	-	123.590	123.590	123.590
Total de Títulos Públicos	-	-	-	123.590	123.590	123.590

7.1.4. Os “Fundos de Investimento”, no total de R\$ 337.074 mil, estão aplicados nos seguintes segmentos:

⇒ R\$ 304.755 mil no segmento de Renda Fixa, sendo R\$ 10.809 mil no Fundo de Investimento Previdenciário Caixa Prevhab Multimercado; R\$ 243.605 mil no Prevhab Plenus Fundo de Investimento Renda Fixa; R\$ 48.677 mil no BNP Paribas Match DI FI Referenciado; e R\$ 1.664 mil no Itaú Institucional Referenciado DI FI.

⇒ R\$ 32.319 mil no segmento Imobiliário, no Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping.

7.1.5. Os “Investimentos em Imóveis” são demonstra-

dos ao custo de aquisição ou reavaliação, no mínimo anualmente, com base nos laudos de avaliação;

7.1.5.1. Em 2024, as avaliações do Edifício Novo Mundo – RJ (prédio comercial totalmente reformado) e do Edifício Stela Angelorum – RJ (andares comerciais do 4º ao 13º andar + 24 vagas de garagem) foram realizadas pela AVALOR Engenharia de Avaliações Ltda., através dos Laudos de Avaliação, de 21/11/2024, aprovados pela Diretoria Executiva da PREVHAB nas 526ª e 527ª Reuniões Ordinárias, de 22/11/2024 e 04/12/2024, e pelo Conselho Deliberativo da PREVHAB nas 264ª e 265ª Reuniões Ordinárias, de 27/11/2024 e 19/12/2024, e apresentaram o resultado total líquido positivo de R\$ 24.286 mil, conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil

IMÓVEL	TERRENO	CONSTRUÇÃO	TOTAL
EDIFÍCIO NOVO MUNDO – RJ			
a) Valor da Avaliação	38.000	82.000	120.000
b) Valor Contábil	35.143	63.214	98.357
Diferença (a – b)	2.857	18.786	21.643
EDIFÍCIO STELA ANGELORUM – RJ			
a) Valor da Avaliação	11.000	20.483	31.483
b) Valor Contábil	8.708	20.132	28.840
Diferença (a – b)	2.292	351	2.643
Total das Diferenças	5.149	19.137	24.286

7.1.5.2. A composição dos “Investimentos em Imóveis”, no total de R\$ 151.766 mil, é a seguinte: R\$ 6.074 mil dos imóveis de “Uso Próprio” localizados na Rua da Glória – RJ – 10º e 11º andares e R\$ 145.692 mil imóveis “Locados a Terceiros”, já deduzidos os valores de provisões para perdas, estão localizados na Av. Presidente Wilson, 164 – RJ (R\$ 120.148 mil), Rua da Glória, 306 – RJ (R\$ 25.409 mil), Av. Jerônimo Monteiro, 1000 – ES (R\$ 126 mil) e Rua Buenos Aires, 68 – RJ (R\$ 9 mil);

7.1.5.3. Os “Investimentos em Imóveis”, em 31/12/2024, registram 29,73% dos recursos garantidores (o limite estabelecido é de 20% pela Resolução CMN nº 4.994/2022), decorrente dos resultados das reavaliações dos imóveis, bem como das obras de retrofit do Ed. Novo Mundo – RJ. De acordo com o Inciso I do Art. 35 da Resolução CMN nº 4.994/2022, a reavaliação dos imóveis é considerada como desequilíbrio passivo e a Entidade tem até 12 anos (a contar de 29/05/2018 até maio/2030) para alienar o estoque de imóveis e terrenos (§ 5º do Art. 37 da Resolução CMN nº 4.994/2022).

7.1.5.4. O Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua

100ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de março de 2011, aprovou a exposição de motivos do Diretor-Presidente para a realização das obras de retrofit do Edifício Novo Mundo – RJ. A PREVIC através do Ofício nº 3241/2012/CGMI/DIACE/PREVIC, de 30/8/2012, manifestou-se favorável de que as obras de retrofit do Ed. Novo Mundo – RJ seja considerado como investimento de desequilíbrio passivo.

7.1.6. As “Operações com Participantes”, no total de R\$ R\$ 10.723 mil, referem aos empréstimos concedidos aos participantes e apresentam as seguintes condições:

⇒ prazo máximo de 120 meses, registrados pelo valor do principal, reajustados mensalmente com base na variação do INPC e juros de 0,41% a.m., correspondente a 5,03% a.a.;

⇒ prazo máximo de 120 meses, registrados pelo valor do principal, reajustados anualmente com base na variação do INPC e juros de 0,48% a.m., correspondente a 5,91% a.a., com opção de escolha do mês de reajustamento (abril, junho ou setembro);

⇒ prazo máximo de 36 meses com prestações fixas e juros de 0,98% a.m., correspondentes a 12,42% a.a.

7.1.6.1. No exercício foram concedidos 85 empréstimos aos participantes no total líquido de R\$ 1.185 mil.

7.1.7. Os “Recursos a Receber – Precatórios”, no total de R\$ 74.191 mil, apresentam a seguinte composição R\$ 54.105 mil do Edifício Camp Tower – Campinas – SP (precatório nº 20240083596); R\$ 13.632 mil do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF (processo nº 0006567-20.1996.4.02.5101/RJ); e R\$ 6.452 mil dos terrenos de Aracaju – SE (precatórios nºs. 104/2016, 411/2021 e 1.913/2021).

7.2. Plano PGA

7.2.1. Os “Títulos Públicos”, no total de R\$ 178 mil, referem ao crédito a receber junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS do Contrato da Primeira Novação de Dívida nº 290/2022/CAF – Processo SEI nº 12105.100367/2022 – 57, celebrado entre a União Federal e a PREVHAB em 15/07/2022, através dos Certificados Variação Salarial – CVSA970101, com prazos de vencimentos até 1º de janeiro de 2027.

7.2.2. Os “Fundos de Investimento”, no total de R\$ 18.329 mil, estão aplicados em Renda Fixa no Santander FIC Fundo de Investimento Institucional RF Referenciado DI (R\$ 17.997 mil) e no HSBC Referenciado DI Longo Prazo (R\$ 332 mil).

8. ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A posição consolidada do Ativo Imobilizado e Intangível em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é a seguinte:

R\$ mil

Descrição	Taxa de Depreciação / Amortização	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano PGA:			
a) Imobilizado		444	445
Instalações		80	80
Móveis e Utensílios	10% aa.	75	75
Máquinas e Equipamentos	10% aa.	286	287
Sistema de Comunicação	10% aa.	3	3
b) Intangível (Software)	20% aa.	262	226
Total do Ativo Imobilizado e Intangível		706	671

9. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano Plenus:		
a) Benefícios a Pagar		6.119
b) Retenções a Recolher	13	423
c) Recursos Antecipados	1	1
d) Valores Previdenciais a Repassar	441	1
e) Outras Exigibilidades:	712	861
Consignações a Repassar	36	35
Terceiros	175	175
Custeio Administrativo	501	651
Total do Passivo Exigível Operacional – Gestão Previdencial	1.167	7.405

9.1. Plano Plenus

9.1.1. As “Retenções a Recolher” de R\$ 13 mil referem-se a IRRF a recolher de ações judiciais.

9.1.2. Os “Recursos Antecipados” de R\$ 1 mil referem-se à contribuição de assistido sobre o 13º salário.

9.1.3. Os “Valores Previdenciais a Repassar” de R\$ 441 mil referem-se ao valor a pagar ao PGA.

9.1.4. As “Outras Exigibilidades” de R\$ 712 mil referem-se aos valores a pagar ao PGA (R\$ 512 mil), convênio do INSS (R\$ 175 mil) e valor a regularizar (R\$ 25 mil).

10. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano PGA:		
a) Contas a Pagar	753	250
b) Retenções a Recolher	246	244
c) Tributos a Recolher	38	46
d) Outras Exigibilidades	2	2
Total do Passivo Exigível Operacional – Gestão Administrativa	1.039	542

10.1. Plano PGA

10.1.1. As “Contas a Pagar” de R\$ 753 mil referem-se às despesas administrativas.

10.1.2. As “Retenções a Recolher” de R\$ 246 mil referem-se aos valores IRRF (R\$ 110 mil), INSS (R\$ 131 mil), ISS (R\$ 2 mil) e contribuição de previdência privada (R\$ 3 mil).

10.1.3. Os “Tributos a Recolher” de R\$ 38 mil referem-se aos valores PIS (R\$ 5 mil) e COFINS (R\$ 33 mil).

10.1.4. As “Outras Exigibilidades” de R\$ 2 mil referem-se à pensão alimentícia.

11. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – INVESTIMENTOS

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Investimentos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano Plenus	30	29
Total do Passivo Exigível Operacional – Investimentos	30	29

11.1. Plano Plenus: os “Investimentos” de R\$ 30 mil referem-se aos valores a pagar dos honorários de sucumbência (R\$ 13 mil), depósito em caução (R\$ 16 mil) e IRRF (R\$ 1 mil) do segmento Imobiliário.

12. PASSIVO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

A posição consolidada do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é a seguinte:

R\$ mil		
Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano Plenus:		
Provisões de Ações Previdenciais	14.598	13.634
Valores a Regularizar	142	142
(-) Bloqueio Judicial a Regularizar	(9.231)	(8.149)
Total do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Previdencial	5.509	5.627

12.1. Plano Plenus: as “Provisões de Ações Previdenciais” de R\$ 5.509 mil correspondem ao resultado do provisionamento de R\$ 14.598 mil das possíveis perdas em ações movidas por participantes contra a PREVHAB, valores a regularizar de R\$ 142 mil, deduzido da rubrica retificadora do bloqueio judicial a regularizar de R\$ 9.231 mil.

13. PASSIVO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A posição consolidada do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é a seguinte:

R\$ mil		
Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano PGA:		
Provisões de Ações Trabalhistas	142	360
(-) Bloqueio Judicial a Regularizar	(124)	(194)
Total do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Administrativa	18	166

13.1. Plano PGA: as “Provisões de Ações Trabalhistas” de R\$ 18 mil referem-se ao provisionamento de R\$ 142 mil das possíveis perdas em ações movidas pelos em-

pregados e ex-empregados da Entidade, deduzidas da rubrica retificadora do bloqueio judicial a regularizar de R\$ 124 mil.

14. PASSIVO – PATRIMÔNIO SOCIAL

A posição consolidada do Passivo – Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, que representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos Planos Plenus e PGA, apresenta a seguinte composição:

	R\$ mil	
Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
.Plano Plenus:		
Patrimônio de Cobertura do Plano:	614.220	572.972
Provisões Matemáticas	627.318	633.490
Benefícios Concedidos	619.814	626.236
Benefícios a Conceder	7.504	7.254
Equilíbrio Técnico/Déficit Técnico Acumulado	(13.098)	(60.518)
. Plano PGA:		
Fundos	19.363	19.486
Fundos Administrativos	19.363	19.486
Total do Passivo do Patrimônio Social	633.583	592.458

14.1. Plano Plenus

14.1.1. O “Patrimônio de Cobertura do Plano” de R\$ 614.220 mil está composto dos valores das Provisões Matemáticas de R\$ 627.318 mil e do Equilíbrio Técnico/Déficit Técnico Acumulado de R\$ 13.098 mil.

14.1.2. As “Provisões Matemáticas” de R\$ 627.318 mil referem-se às provisões dos Benefícios Concedidos do Plano de R\$ 619.814 mil com os participantes assistidos e às provisões dos Benefícios a Conceder do Plano de R\$ 7.504 mil com os participantes ativos, conforme Parecer Atuarial do Plano de Benefícios Plenus de 31/12/2024 elaborado pela HR Serviços Atuariais Ltda., em 10/02/2025.

14.1.3. O “Equilíbrio Técnico/Déficit Técnico Acumula-

do do Plano de R\$ 13.098 mil corresponde -2,09% do total das Provisões Matemáticas de R\$ 627.318 mil.

14.1.4. A HR Serviços Atuariais Ltda. no Parecer Atuarial, de 10/02/2025, apresenta a seguinte conclusão: “Informamos que o Plano de Benefícios Plenus administrado pela PREVHAB apresentou, em 31/12/2024, situação de Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário em R\$ 13.097.907,94, abaixo do limite estabelecido de R\$ 26.762.675,30, não havendo, portanto, a obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento (PED) ao longo do exercício de 2025, assim como não será necessário implementar o PED mínimo relativo ao déficit apurado em 31/12/2023, de R\$ 31.659.572,12.”

14.1.5. As hipóteses atuariais utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2024 foram:

Taxa real anual de juros	4,60 % a.a.
Projeção de crescimento real de salário	4,00% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,9866
Fator de capacidade para os benefícios	0,9866
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M/F
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 M/F
Tábua de entrada em invalidez	HUNTER
Composição da Família de Pensionistas	Assistidos – família real Ativos: 95% casados, com esposa 4 anos + jovem

14.2. Plano PGA

14.2.1. Os “Fundos” de R\$ 19.363 mil, destinados à cobertura das despesas de custeio do Plano de Gestão Administrativa – PGA, referem-se ao saldo do Fundo Administrativo do Plano de Benefícios Plenus.

15. CONTAS DE RESULTADOS – GESTÃO PREVIDENCIAL

15.1. Plano Plenus

15.1.1. No ano de 2024, ocorreu superávit técnico no Plano de R\$ 47.420 mil devido ao resultado negativo da Gestão Previdencial de R\$ 49.831 mil e ao resultado positivo dos Fluxos dos Investimentos de R\$ 97.251 mil.

16. CONTAS DE RESULTADOS – GESTÃO ADMINISTRATIVA

16.1. Plano de Gestão Administrativa – PGA

16.1.1. No ano de 2024, o resultado do Plano foi nega-

tivo de R\$ 124 mil (Receitas: R\$ 10.918 mil – Despesas Administrativas: R\$ 11.189 mil + Reversão de Contingências: R\$ 147 mil).

16.2. Indicadores de Gestão: os resultados no ano de 2024 foram os seguintes:

16.2.1. Taxa de Administração (Recursos Transferidos ao PGA: R\$ 8.970 mil/Recursos Garantidores (Plenus+PGA): R\$ 637.694 mil = 1,41%;

16.2.2. Taxa de Carregamento (Recursos Transferidos ao PGA: R\$ 8.970 mil/Fluxo Previdenciário: R\$ 64.287 mil) = 13,95%;

16.2.3. Despesas Administrativas: R\$ 11.189 mil/Ativo Total (Plenus+PGA): R\$ 641.347 mil = 1,74%;

16.2.4. Despesas Administrativas: R\$ 11.189 mil/ Receitas Administrativas: R\$ 8.970 mil = 1,25;

16.2.5. Despesas Administrativas: R\$ 11.189 mil/População do Plano Plenus: 528 = R\$ 21 mil;

16.2.6. Ativo Total (Plenus+PGA): R\$ 641.347 mil/ População do Plano Plenus: 528 = R\$ 1.215 mil.

17. FATOS RELEVANTES

17.1. Política de Investimento

17.1.1. Em cumprimento às determinações da Resolução CMN nº 4.994, de 24/03/2022, foi aprovada pela Diretoria Executiva da PREVHAB em sua 528ª Reunião Ordinária, de 11/12/2024, e pelo Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 265ª Reunião Ordinária, de 19/12/2024, as Políticas de Investimento do Plano de Benefícios Plenus e Plano de Gestão Administrativa – PGA com vigência de 01/01/2025 a 31/12/2029, e disponibilizadas aos participantes, na íntegra, na página da Internet da PREVHAB.

17.2. Orçamento das Despesas Administrativas

17.2.1. Em cumprimento às disposições da Resolução CNPC nº 48, de 08/12/2021, foi aprovado pela Diretoria Executiva da PREVHAB em sua 525ª e 527ª Reuniões Ordinárias, de 06/11/2024 e 04/12/2024, e pelo Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 264ª e 265ª Reuniões Ordinárias, de 27/11/2024 e 19/12/2024, o Orçamento das Despesas Administrativas e os Indicadores para Avaliação da Gestão Administrativa para o ano de 2025 do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

17.3. Ajuste de Precificação dos Títulos Federais

17.3.1. Nos exercícios de 2024 e 2023, os títulos públicos federais classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento apresentou a duração do fluxo dos títulos objeto do ajuste superior à duração do passivo, consequentemente o resultado do ajuste de precificação é zero.

18. Ajustes e Eliminações

18.1. Os efeitos da consolidação seguem as normas estabelecidas pela Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, e Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, e representam os saldos do Plano de Benefícios Plenus e do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

18.2. As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa e Participação no Fundo Administrativo do PGA”, sempre que aplicável.

18.3. Para anular os efeitos das obrigações e dos direitos entre o Plano Previdencial e o Plano de Gestão Administrativa, foram feitos os seguintes lançamentos de consolidação dos balancetes conforme quadro a seguir:

Consolidação dos Balancetes
31/12/2024

Grupos de Contas	Planos		Eliminação da Consolidação		
	Plenus	PGA	Débito	Crédito	Saldo Consolidado
Disponível	228	38	-	-	266
Realizável	640.061	19.676	-	(19.363)	640.374
Gestão Previdencial	1.748	-	-	-	1.748
Gestão Administrativa	19.363	1.169	-	(19.363)	1.169
Investimentos	618.950	18.507	-	-	637.457
Imobilizado e Intangível	-	706	-	-	706
Total do Ativo	640.289	20.420	-	(19.363)	641.346
Exigível Operacional	1.197	1.039	-	-	2.236
Gestão Previdencial	1.167	-	-	-	1.167
Gestão Administrativa	-	1.039	-	-	1.039
Investimentos	30	-	-	-	30
Exigível Contingencial	5.509	18	-	-	5.527
Gestão Previdencial	5.509	-	-	-	5.509
Gestão Administrativa	-	18	-	-	18
Patrimônio Social	633.583	19.363	(19.363)	-	633.583
Patrimônio de Cobertura do Plano	614.220	-			614.220
Fundos	19.363	19.363	(19.363)	-	19.363
Administrativos	19.363	19.363	(19.363)	-	19.363
Total do Passivo	640.289	20.420	(19.363)	-	641.346



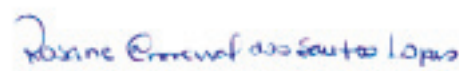
MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78



GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34



MARCIO MILLER SANTOS
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 043.970.297-68



ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4
CPF 702.229.677-49

Parecer Atuarial do Plano Plenus Encerramento do Exercício de 31/12/2024



INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios Plenus, administrado pela PREVHAB PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, apresentamos a seguir nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31 de dezembro de 2024.

PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base das informações biométrico-salariais dos Participantes e Assistidos considerados no presente estudo foi 31/12/2024.

Essas informações foram fornecidas pela PREVHAB à HR SERVIÇOS ATUARIAIS que, após a realização de testes considerados apropriados e efetuados os

devidos acertos em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins da presente avaliação atuarial.

A análise efetuada pela HR SERVIÇOS ATUARIAIS na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial teve por objetivo, única e exclusivamente, a identificação e a correção de eventuais distorções, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a PREVHAB, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características dos participantes estão elencadas abaixo.

PARTICIPANTES ATIVOS

Em 31/12/2024	
Frequência	2
Idade Média	67 anos
Tempo Médio de Serviço	43 anos
Tempo Médio de Contribuição	43 anos
Salário Mensal Médio (R\$)	26.133,88

PARTICIPANTES APOSENTADOS

Em 31/12/2024	Aposentados Válidos	Aposentados por Invalidez
- Frequência	339	27
- Idade Média	78 anos	73 anos
- Benefício Mensal Médio (R\$)	10.927,31	2.769,83

PENSIONISTAS

Em 31/12/2024	
Frequência de Pensões	149
Frequência de Pensionistas	159
Idade Média (vitalícios)	75 anos
Benefício Mensal Médio (R\$)	5.347,19

Os valores são nominais e estão posicionados em 31/12/2024. Importante observar que as estatísticas aqui apresentadas podem eventualmente ser divergentes daquelas constantes nos sistemas da PREVHAB, justamente por conta dos ajustes feitos na base de dados para fins de avaliação atuarial.

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

A avaliação atuarial é o estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir não só os valores esperados relativos aos participantes já recebendo benefício quanto aqueles que ainda se encontram em atividade.

Desse modo, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e nível de benefícios do INSS, dentre outras) e as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

Na avaliação atuarial do Plano de Benefícios Ple-nus foram consideradas as seguintes hipóteses atuariais na apuração das Provisões Matemáticas em 31/12/2024.

HIPÓTESE	em 31/12/2024
Taxa real anual de juros	4,60% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	4,00% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,9866
Fator de capacidade para os benefícios	0,9866
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M/F
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 M/F
Tábua de entrada em invalidez	HUNTER
Composição da Família de Pensionistas	Assistidos: família real Ativos: 95% casados, com esposa 4 anos + jovem

RISCOS ATUARIAIS

Considerando que o Plano de Benefícios Plenus está estruturado na modalidade de Benefício Definido, todas as hipóteses adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, sendo que os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura e na sobrevivência.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de estudos específicos de aderência realizados em 2022 (Relatório HR/152/2022), que tomaram como base a população existente em 31/12/2021. O detalhamento dos estudos, conforme previsto na Resolução CNPC nº 30/2018, encontra-se arquivado na sede da PREVHAB.

A adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico (Relatório HR/079/2024), de modo a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados apontaram a taxa máxima de 4,63% a.a.

A taxa real anual de juros foi mantida em 4,60% a.a.,

respeitando os limites estabelecidos pela Portaria nº 308, de 25/04/2024, que definiu o limite mínimo de 3,21% a.a. e o limite máximo de 4,99% a.a., considerando a duração do passivo do plano aproximada para 8,5 anos em 31/12/2023 (a *duration* foi de 104 meses, conforme DA de 2023).

Com base no exposto, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a manutenção para o exercício de 2024 das hipóteses atuariais adotadas no ano anterior.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O método atuarial adotado foi o Agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano de Benefícios Plenus, à exceção do Pecúlio Especial, que é estruturado no regime de repartição simples. Informamos também que não ocorreram alterações nos métodos atuariais com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2024.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano.

Em nossa opinião, portanto, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CNPC nº 30/2018, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

PROVISÕES MATEMÁTICAS

De acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2024 é a apresentada no quadro a seguir.

Descrição	Em R\$
PROVISÕES MATEMÁTICAS	627.318.815,39
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	619.814.449,16
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	619.814.449,16
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS- ASSISTIDOS	469.836.419,96
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	149.978.029,20
BENEFÍCIOS A CONCEDER	7.504.366,23
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	7.260.566,46
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	7.260.566,46
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	-
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	243.799,77
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	243.799,77
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	-

Os valores das provisões matemáticas foram apurados considerando-se o Regulamento do Plano vigente em 31/12/2024. Informamos que não houve alteração regulamentar que tenha gerado impacto ou influenciado no resultado apurado no final do exercício de 2024.

RESULTADO CONTÁBIL EM 31/12/2024

O Equilíbrio Técnico do Plano de Benefícios Plenus foi determinado com base nas Provisões Matemáticas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos fornecidos pela PREVHAB, posicionados em 31/12/2024.

O Plano de Benefícios Plenus encerrou o exercício de 2024 com resultado deficitário de 2,09% das provisões matemáticas.

Descrição	Em R\$
ATIVO TOTAL	640.289.576,10
(-) EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.196.582,32
(-) EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.509.311,63
(=) PATRIMÔNIO SOCIAL	633.583.682,15
(-) FUNDOS	19.362.774,70
PREVIDENCIAL	-
ADMINISTRATIVO	19.362.774,70
INVESTIMENTOS	-
(=) PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	614.220.907,45
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	627.318.815,39
PM DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	619.814.449,16
PM DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	7.504.366,23
PM A CONSTITUIR	-
(=) EQUILÍBRIO TÉCNICO	(13.097.907,94)
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(13.097.907,94)

Informamos que a HR SERVIÇOS ATUARIAIS não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios Plenus, tendo se baseado na informação fornecida pela própria PREVHAB.

Com relação à estruturação das Provisões, informamos:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte foram registradas na conta 2.03.01.01.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e o pecúlio por morte do válido e do inválido foram registradas na conta 2.03.01.01.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi

registrada na conta 2.03.01.01.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.03.01.01.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

d) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro válido ou inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.03.01.01.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

e) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.03.01.01.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO EM 31/12/2024

Conforme informado pela Prevhav, dado que o plano não possui ajuste de precificação, o Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA) é deficitário em R\$ 13.097.907,94.

O resultado do ETA é o efetivamente considerado pelo sistema de previdência fechada para análise das condições de solvência de um plano e definição de possível necessidade de equacionamento de déficit.

Descrição	Em R\$
PATRIMÔNIO DE COBERTURA	614.220.907,45
PROVISÕES MATEMÁTICAS	627.318.815,39
(=) SUPERÁVIT/(DÉFICIT) ACUMULADO	(13.097.907,94)
(+/-) AJUSTE PRECIFICAÇÃO	0,00
(=) SUPERÁVIT/(DÉFICIT) ACUMULADO AJUSTADO	(13.097.907,94)

Segundo registros contábeis, não verificamos a existência de Dívidas Contratadas, Equacionamento de Déficits ou amortização de Serviço Passado.

VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

A variação negativa de 0,97% no valor das provisões matemáticas, de R\$ 633.489.730,95 em 31/12/2023 para R\$ 627.318.815,39 em 31/12/2024, está consistente com a movimentação de participantes, pagamento de benefícios e envelhecimento natural da massa em um plano fechado. O INPC acumulado de dez/2023 a nov/2024 foi de 4,84% (índice de reajuste dos benefícios).

VARIAÇÃO E NATUREZA DO RESULTADO

A rentabilidade nominal líquida auferida pelos investimentos (17,92%) foi superior à meta atuarial do Plano (9,66%) em 31/12/2024.

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o plano apresenta, em 31/12/2024, um déficit técnico acumulado de R\$ 13.097.907,94, equivalente a 2,09% das provisões matemáticas do plano.

Apurada a *duration* do passivo de 8,2662 anos em 31/12/2024, temos:

$$\Rightarrow (duration \times 1\%) - 4\% = 4,2662\%$$

$$\Rightarrow \text{Limite para equacionamento do déficit} = 4,2662\% \times 627.318.815,39 = 26.762.675,30$$

Uma vez que o Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA) negativo de R\$ 13.097.907,94 ficou abaixo do limite estabelecido de R\$ 26.762.675,30, não será obrigatório elaborar e aprovar Plano de Equacionamento de Déficit Técnico durante o exercício de 2025, conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018.

Quanto à necessidade de implementar o Plano de Equacionamento (PED) relativo ao exercício de 2023, cujo valor mínimo obrigatório em 31/12/2023 era de R\$ 31.659.572,12, entendemos não ser mais necessário, tendo em vista que o déficit apurado ao final do exercício de 2024 ficou bem abaixo desse valor mínimo.

CONTRIBUIÇÕES

Os participantes ativos deverão contribuir para o

Plano de Benefícios Plenus de acordo com o disposto no art. 11 do Regulamento do Plano:

a) 1% (um por cento) sobre a parcela menor ou igual à metade do maior salário-de-contribuição para a Previdência Social;

b) 3,5% (três e meio por cento) sobre a parcela superior à obtida de acordo com a alínea anterior e menor ou igual ao maior salário-de-contribuição para a Previdência Social; e

c) 8,5% (oito e meio por cento) sobre a parcela superior ao maior salário-de-contribuição para a Previdência Social.

Os participantes aposentados e pensionistas não contribuem para o plano.

Conforme definido no Plano de Custeio, será cobrada dos participantes ativos a taxa de 10% da contribuição previdenciária a título de taxa administrativa. Para os assistidos, foi mantido o percentual de 4% sobre o valor do benefício, exceto para as pensões com DIB anterior a 18/07/2011.

CONCLUSÃO

Informamos que o Plano de Benefícios Plenus administrado pela PREVHAB apresentou, em 31/12/2024, situação de Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário em R\$ 13.097.907,94, abaixo do limite estabelecido de R\$ 26.762.675,30, não havendo, portanto, a obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento (PED) ao longo do exercício de 2025, assim como não será necessário implementar o PED mínimo relativo ao déficit apurado em 31/12/2023 de R\$ 31.659.572,12.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2025.

ANDREA VANZILLOTTA

Atuária-Reg MTB nº 1000-MBI

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis



Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da
PREVHAB – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
Rio de Janeiro

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da PREVHAB PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e por plano de benefícios e plano de gestão administrativa, as demonstrações individuais por plano de benefícios, quais sejam: do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, das provisões técnicas e do plano de gestão administrativa, do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PREVHAB PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR e individual do Plano de Benefícios em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado e do Plano de Benefícios e de suas operações do exercício

findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

2. BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 6 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. ÊNFASE

De acordo com as normas de auditoria independente, as demonstrações contábeis ora apresentadas comportam a seguinte ênfase de nossa parte, a qual, to-

davia, não constitui ressalva quanto às nossas conclusões, já consubstanciadas no tópico primeiro:

O Plano de Benefícios Plenus apresentou, em 31/12/2024, situação de Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário em R\$ 13.098 mil, abaixo do limite estabelecido de R\$ 26.763 mil, para equacionamento do déficit, ao longo do exercício de 2025, assim como, não será necessário implementar o plano de equacionamento de déficit mínimo, relativo ao déficit apurado em 31/12/2023, de R\$ 31.660 mil.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR.

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual de Informações, do plano de benefícios, ainda não concluído até a data de emissão deste nosso relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião ou conclusão de auditoria sobre o mesmo.

5. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua conti-

nuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

6. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

d. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa e de continuidade operacional da Entidade e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à perenidade do Plano e capacidade de continuidade

de operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a liquidação do plano e de não manter a continuidade da Entidade;

e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 24 de março de 2025

FERNANDO MOTTA AUDITORES

CRCMG - 12.557 | CVM - 12.815

Luiz Alberto Rodrigues Mourão

Contador CRCRJ - 46.114-0

Parecer do Conselho Fiscal



PARECER DO CONSELHO FISCAL Nº 01/2025

O Conselho Fiscal da Prevhav Previdência Complementar, no exercício de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no inciso III do Art. 45 do Estatuto da Entidade, após concluir o exame das Demonstrações Contábeis Consolidadas da PREVHAB, de 31 de dezembro de 2024, em sua 90ª Reunião Ordinária, realizada no dia 26 de março de 2025, por videoconferência, considerando a adequação daquelas Demonstrações Contábeis às normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, tendo em vista o Parecer Atuarial da HR Serviços Atuariais Ltda., datado de 10 de fevereiro de 2025, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela Fernando Motta Auditores, em 24 de março de 2025, e a aprovação da Diretoria Executiva da PREVHAB em sua 534ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de março de 2025,

RESOLVE:

Aprovar, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Prevhav Previdência Complementar, referentes ao Plano de Benefícios Plenus e ao Plano de Gestão Administrativa – PGA, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, por entender que as mesmas representam de forma adequada sua situação financeira e patrimonial.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2025.

Carlos Alberto Gonçalves da Costa
Presidente
CPF: 382.701.707-63

Cândido de Almeida Neto
Titular
CPF: 036.765.797-04

Mauro Souza Monte
Titular
CPF: 316.421.607-68

Resolução do Conselho Deliberativo



CONSELHO DELIBERATIVO RESOLUÇÃO - RCD 01/2025

Em sua 268ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de março de 2025, o Conselho Deliberativo da Prevhav Previdência Complementar, no uso de suas atribuições estatutárias, tendo em vista o Parecer do Conselho Fiscal nº 001/2025 exarado em sua 90ª Reunião Ordinária, de 26 de março de 2025,

RESOLVE:

1. Aprovar as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Prevhav Previdência Complementar referentes aos Planos de Benefícios PLENUS e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2024.
2. A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2025.

Luiz Augusto de Oliveira Ferreira
Presidente
CPF 020.086.457-20



PREVHAB Previdência Complementar

Rua da Glória, 306 - 10º e 11º andares - Glória

Rio de Janeiro - RJ / CEP 20241-180

Telefones:

Capitais e Regiões Metropolitanas: (21) 3828-2098

Demais localidades: 0800 591 9364

www.prevhab.com.br